

madeira, que era retirada em caso de emergência. Durante anos, o acesso ao seu interior esteve vedado ou, pelo menos, dificultado. Com os primeiros restauros da DGEMN (1963) foi construída uma escada de pedra, que passou a garantir o acesso ao seu interior. Os recentes trabalhos de valorização (2015) eliminaram essa escada de pedra, substituindo-a por uma outra, de metal. A porta de entrada da torre de menagem apresenta oito aduelas, tímpano e lintel. Na sua face interior, o gonzo de granito, onde encaixa o eixo superior da porta, ostenta uma face humana esculpida. A torre de menagem organiza-se num piso térreo (ao qual se acede por intermédio do primeiro andar) e dois pisos sobradados, que comunicam entre si por escadas de madeira. Os pavimentos de madeira foram restituídos durante o restauro de 1972. O piso térreo é cego. O piso de entrada tem, para além da porta, três seteiras (uma em cada parede da torre). No piso superior podem ver-se quatro seteiras (uma em cada face). A cobertura, com telhado de quatro águas, foi igualmente acrescentada aquando do restauro, acedendo-se ao seu adarve por intermédio de escada em caracol metálica, de desenvolvimento vertical.

Em 1726 a torre de menagem tinha 65 palmos de altura (14,30 m) e ainda apresentava ameias. Estas medidas, fornecidas por Craesbeeck, são corroboradas por um manuscrito de 1732 divulgado por C. da Cunha Coutinho. Em 1758, nas Memórias Paroquiais, já se refere a ausência de algumas ameias, provavelmente em consequência da queda de um raio, então registada. Antes dos restauros do século XX, sobreviviam apenas duas ameias, mais o arranque de uma terceira (1909). O seu coroamento

atual resulta, portanto, da primeira intervenção de restauro, que se desenrolou entre 1961 e 1963, ou da segunda intervenção, que teve lugar em 1972 e se concentrou na reconstrução da torre de menagem. Foi nessa altura que o seu interior voltou a conhecer pavimentos e cobertura telhada. As mais recentes intervenções de valorização foram antecedidas de escavações arqueológicas, levadas a cabo por Francisco Queiroga e Francisco Faure em 2002. Estas, como referimos, não revelaram testemunhos de uma ocupação anterior à época medieval. Pelo contrário, os níveis mais antigos, que correspondem à construção da fortificação, remontam ao século XI, e a torre de menagem foi acrescentada, em reforma mais tardia, provavelmente já no século XIII.

A força da *Terra* de Basto erguia-se no morro em frente ao castelo (a noroeste), ainda hoje conhecido como "Alto da Força" (cota 622 m).

Texto: MJB - Fotos: RR - Planos: RR/DM/GAI/HP/RO

Bibliografia

ABREU, L., 1956, pp. 35-46; ALMEIDA, C.A.F., 1978b, p. 30, n.º 14; BARROCA, M.J., 1990-91, p. 117; BARROCA, M.J., 2000a, Insc. n.º 345 (de 1252); COUTINHO, C.C., 1941; CRAESBEECK, F.X.S., 1726 (1992), I, p. 324; DIAS, L.F.C., 1961-69, V, pp. 165-185; GIL, J., 1986, pp. 48-49; LOPO, A.P., 1987, pp. 85-86; MEM. PAROQ. 1758 (2003), pp. 233 e 234; PERES, D., 1969, pp. 58-59; PMH, DC., doc. n.º 705 (de 1091); PMH, INQ., pp. 134-138 (de 1220), pp. 635-638, 642 e 659 (de 1258); VENTURA, L., 1992, II, pp. 999-1000; VITORINO, P., 1909, pp. 314-317.

Mosteiro de São João

O MOSTEIRO DE ARNÓIA dista cerca de 2,5 km da sede de concelho. Sair de Celorico pela rua Camões, na rotunda seguir pela primeira saída para a rua Geraldo da Cunha e depois virar à esquerda para a rua Monseñor José de Magalhães e Sousa. Andar perto de 2 km, virar à direita e depois à esquerda, encontrando-se aí o mosteiro.

O mosteiro beneditino de Arnóia tem uma implantação rural, isolada, rodeado de mato e campos de cultivo, que formavam a antiga cerca do mosteiro. Ergue-se a meia encosta, sobranceiro à estrada que liga Celorico a Arnóia. Do lado nascente ergue-se a casa das Abegoarias, antiga casa agrícola do mosteiro, cujo portal está adossado à capela-mor.

Foi sobre a *villa* de Basto que se ergueu o castelo de Arnóia, assumindo o controlo e defesa do território. Era

mais um castelo da densa rede de castelos do Entre-Douro-e-Minho que assegurava a defesa do território e que teria sido fundado, segundo a tradição, por Arnaldo Baião (cerca de 960-985) ou por Moninho Viegas (972-1002), este último com ligações ao mosteiro de São João. Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, tanto a localização como a importância do castelo de Arnóia devem ser entendidas na sua relação com o vizinho mosteiro de São João do Ermo, assim designado por Craesbeeck pelo local despovoado onde se erguera.

Segundo alguns autores, em finais do século X teria sido fundado o mosteiro de São João, mas dessa edificação nada sobreviveu. A primeira doação conhecida ao mosteiro é de 1075 e, em 1091, Rodrigo Pais doa ao cenóbio numerosos bens. Em 1116, o abade D. Arvitis celebra a

compra de uma propriedade para o mosteiro. Por esta altura terá adotado a Regra de São Bento e os costumes de Cluny. Há uma referência a um mosteiro de Arnóia num diploma pontifício do papa Calisto II, de 1120, relativo aos mosteiros incluídos dentro dos limites da diocese do Porto e copiado no Censual do Cabido do Porto.

Em 1252, Múnio Moniz, alcaide do castelo de Arnóia e com ligações à família patronal do mosteiro, faz-se sepultar no cenóbio. Subsiste no claustro a tampa epigrafada do sarcófago onde o referido alcaide foi depositado, porém, esta tampa foi colocada sobre um túmulo que não lhe pertencia originariamente. Segundo Mário Barroca, pode ler-se na sua inscrição funerária:

D(omnus) MUNIUS MUNIS H(ic) · I(acet) · IN S(uo) ·
ASSISTER(io) · /
FINI : IN : Era : M^a : CC^a : 2^a XXX^a :

As Inquirições Gerais do reino realizadas em 1258, no reinado de D. Afonso III, confirmavam que o rei não tinha qualquer direito no mosteiro de Arnóia nem recebia qualquer foro. Não obstante, o rei era detentor de alguns casais em certos lugares da freguesia, dos quais recebia os devidos direitos. O mosteiro era detentor de diversas

propriedades, muitas das quais compradas a herdadoreiros *in tempore fratris istius regis* e trabalhadas pelos homens do mosteiro.

A lista das igrejas, mosteiros e comendas do reino, mandada elaborar por D. Dinis em 1320, estabelecia a contribuição com que cada um deveria concorrer para a Cruzada. Segundo esta lista, o mosteiro de São João de Arnóia contribuiria com 700 libras. No contexto das Igrejas da Terra de Basto destacava-se, nesta lista, o mosteiro de Refojos que contribuía com 2 000 libras. As igrejas da Terra de Basto pagavam valores muito díspares, que variavam entre as 40 e as 350 libras. Martinho Eanes Barrosas, cónego de Braga e reitor da igreja de São Pedro de Este, em testamento redigido em 1325, deixa ao mosteiro de Arnóia uma libra *in perpetuum* pelo seu aniversário.

Em 1375, durante o abaciado de D. Frei Pero Eanes, o arcebispo de Braga D. Lourenço Vicente efetua uma visita pastoral ao mosteiro de Arnóia, criticando a vida comunitária e ameaçando os monges de excomunhão caso as suas recomendações não fossem cumpridas. Cinco anos mais tarde, ao verificar que as suas advertências não foram respeitadas, o mesmo arcebispo declarou o abade e os monges incurso na pena de excomunhão. O desregramento

Perspetiva geral da igreja. Alçado norte





Exterior. Alçado norte. Trechos de paramento



Interior. Placa com São Miguel a atacar a serpente e seu enquadramento atual



Interior. Tímpano com Agnus Dei

da vida comunitária prolongou-se pela centúria seguinte, obrigando à intervenção apostólica. A eleição de D. Frei Gil, em 1441, para abade de Arnóia permitiu superar a crise que há muito se arrastava.

Em novembro de 1528, o mosteiro de Arnóia é visitado por Baltasar Álvares, desembargador de D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga, e seu visitador para os mosteiros conventuais da comarca de Entre Douro e Lima. Baltasar Álvares relata que quando chegou ao mosteiro não encontrou nem o abade nem os monges. Concluiu que o mosteiro deveria albergar quatro monges de missa e um noviço. Ordenou a construção de quatro celas para os monges e obras

no capítulo e *lbe poera seus asentos de madeira e bo cobrira de boa madeira e telha*. Determinou também que o abade dotasse o mosteiro de livros e vestimentas para o culto divino e mandou reparar e dotar os altares *de toalhas e quastigaes e cubrir as crastas e fazer o coro e retelhar e precymtar o dicto moesteiro*.

Desde finais do século xv até 1580 a gestão do mosteiro foi entregue a abades comendatários. Depois dessa data, a sua administração foi gerida por abades trienais.

Na segunda metade do século xvi, João de Barros relata que o mosteiro de Arnóia tinha abade e monges e rendia 200 mil reais. No vale do Bouro, onde se localizava o referido mosteiro produzia-se, então, bom vinho maduro.



Claustro. Ala com pedras avulsas. Ao fundo, porta de acesso à igreja com cicatriz de portal

Em 1726, Francisco Craesbeeck referia que a igreja do mosteiro resultara de obras recentes e que a sua fundação era das mais antigas da região de Basto. Transcreve o epitáfio da sepultura de Mónio Moniz, datando-a da era 1072. Luiz Cardoso, em 1746, menciona que a igreja paroquial tinha três altares e o pároco era apresentado pelo abade do mosteiro. Em 1758, é registado nas Memórias Paroquiais que a igreja era espaçosa e alta, tinha quatro altares e quatro confrarias. O pároco era um monge de São Bento com o título de vigário e apresentado pelo prelado do mosteiro. A fundação do cenóbio era atribuída a D. Mónio Moniz, sepultado no mosteiro, como se lia no seu epitáfio, que o autor dos registos data de 1072 (ano de 1034). O donatário da freguesia era, então, o marquês de Valença. O castelo também é referido como sendo de época muito remota e a sua torre tinha ainda vestígios de ruínas das ameias. Por ocasião do terramoto de 1755 *se movia a torre como se fosse uma mimoza varinha do campo*.

Na sequência da extinção das Ordens Religiosas, em 1834, o mosteiro foi entregue à paróquia de Arnóia. Em 1868, é fundada no mosteiro a Santa Casa da Misericórdia de São Bento de Arnóia pelo comendador Geraldo José da Cunha, com estatutos aprovados pelo rei D. Luís. Uma parte das dependências conventuais foi ocupada pelo hospital de São Bento de Arnóia.

Os vestígios românicos atualmente remanescentes na igreja do mosteiro são parcos e associam-se à sua estrutura primitiva, hoje integrados na fábrica edificada na época

entre os séculos XVII e XVIII. A igreja compõe-se de nave única, muito comprida, para ela abrindo cabeceira profunda e retangular. A norte e alinhada com a fachada oeste vemos torre sineira quadrangular. A sul desenvolvem-se as dependências monásticas primitivas, em torno de claustro ajardinado ao centro. Foi nestas estruturas que se instalou a Casa das Abegoarias e o próprio hospital de São Bento de Arnóia.

Para Carlos Alberto Ferreira de Almeida, a planimetria da atual igreja ainda está muito presa à primitiva, da época românica. Uma análise atenta do alçado norte permite observar os elementos remanescentes. É ao nível do aparelho da nave que identificamos a persistência de aparelho pseudo-isódomo, onde ainda se veem bastantes pedras sigladas e ritmado por largos contrafortes. Apesar de hoje interrompidos, da inexistência de cornija e cachorrada, da existência de amplos vãos da época barroca, mas também porque o alçado acusa a presença de outros aparelhos que lhe criam cicatrizes, não podemos hoje afirmar qual seria a sua configuração primitiva. Contudo, é certo que a fábrica primitiva teria uma escala significativa para a época e para a geografia onde se encontrava. Atendendo à presença dos contrafortes, Ferreira de Almeida defendeu que a igreja seria abobadada ou teria arcadas ou arcos diafragma a sustentar a cobertura da nave. Na abside foram reaproveitados, ainda, frisos enxaquetados. O aparelho utilizado aqui é bem distinto daquele usado na nave por ser mais irregular e se encontrar avivado ao nível das juntas.

No alçado sul, a que se adossa o claustro, vemos a presença de mísulas que pertenceriam à fábrica primitiva e que suportariam uma estrutura alpendrada. Apesar de profundamente transformada, a porta comunicante com a nave conserva a cicatriz de arco de volta perfeita e, em torno desta, vemos a qualidade do aparelho pseudo-isódomo da parede.

Também da época românica são dois elementos esculpidos que aqui encontramos. No interior da igreja existe um tímpano, eruditamente esculpido, onde se representa o tema do *Agnus Dei*. Carlos Alberto Ferreira de Almeida julga-o da escola de Rates. Ajustando-se ao quadro do tímpano, o Cordeiro de Deus segura cruz patada. Envolve-o bordadura larga desenhando motivos fitomórficos entrançados. Também na igreja conserva-se, ainda, uma placa com a figura de São Miguel, armado de escudo, atacando serpente, calcando-a e cravando-a com lança. O mesmo autor defende a possibilidade deste elemento, onde a escultura se mostra plana e ajustada a um quadro concreto, ter pertencido a um tímpano e, portanto, integrando assim uma narrativa mais elaborada. Hoje serve de base a pia de água benta datada por inscrição de 1688.

Nas dependências claustrais observam-se outros fragmentos da fábrica primitiva. Destacam-se aduelas de arquivoltas visíveis ao modo de janela de restauro onde se observam motivos fitomórficos desenhando losangos.

Fundado no século XI, o mosteiro de São João de Arnóia foi bastante modificado ao longo da sua história e particularmente durante a época moderna, o que justifica os poucos vestígios remanescentes. Contudo, a qualidade plástica do tímpano e da placa alusiva a São Miguel sugerem que o edifício aqui edificado durante a época românica mereceu particular cuidado ao nível da sua plástica ornamental. O paramento que prevalece no alçado norte da nave confirma a qualidade da fábrica românica. Condições históricas particulares determinaram a sua profunda transformação nos séculos XVII e XVIII. Atualmente, o monumento encontra-se em Vias de Classificação.

Texto: MLB/JL - Fotos: RR/MLB

Bibliografia

- ALMEIDA, C.A.F., 1978a, II, p. 186; ALMEIDA, C.A.F., 1986b, p. 150; BARROCA, M.J., 2000a, Insc. n.º 345 (de 1252); BARROS, J., 2019, pp. 221 e 317; BOISSELLIER, S., 2012, p. 150; CENSUAL do Cabido da Sé do Porto, 1924, p. 4; COSTA, A.J., 1997-2000, I, pp. 122-123, II, pp. 422-423; CRAESBEECK, F.X.S., 1992, I, pp. 336-341; GEPB, 1935-60, III, pp. 269-270; LOPES, E.T., 2005, pp. 11-12 e 79-87; MARQUES, J., 1988, pp. 527-530 e 559-561; MEM. PAROQ. 1758 (2003), pp. 232-234; PMH, INQ., pp. 634-637 (de 1258); ROSAS, L.M.C., II, p. 426; ROSAS, L.M.C. *et alii*, 2014a, I, pp. 149-159; SOARES, F.N., 1988-1989, pp. 126-127; SOTOMAYOR-PIZARRO, J.A., 2014, p. 26; SOUSA, B.V., 2016, pp. 66-67; TEST. ECC. PORT., doc. 1.49 (de 1325, abril, 25), p. 226.